

CAMPANHA SALARIAL UNIFICADA

Trabalhadores rejeitam reajuste ZERO%

Na Assembleia Geral realizada ontem (6) a categoria foi unânime em rejeitar a proposta de ZERO% de reajuste apresentada pela segunda vez pelo Cruesp.

Sabemos essa proposta não condiz com o cenário econômico que apontou em abril passado o crescimento na arrecadação de ICMS de 9,40%. Dentro desse contexto que se mostra favorável é possível manter em perspectiva a discussão das questões econômicas. Mas na contramão do que esperávamos, o Cruesp encerrou de forma unilateral as negociações.

A categoria repudiou a postura dos reitores e indica ao Fórum das Seis que cobre o agendamento de nova reunião para manter o diálogo e avançar na negociação.

A assembleia referendou todos os indicativos do Fórum das Seis, entre eles, o de apontar o “SOS Universidade” como forma de lutar em defesa das nossas condições salariais e de trabalho e também somar forças para buscar o financiamento adequado das universidades. Além disso, pressionar os deputados estaduais pela aprovação das propostas de emendas à LDO-2018 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) como forma de garantir mais recursos e referendar o compromisso de garantir mais verbas por ocasião da expansão universitária.

Intensificar as mobilizações

Na assembleia foram colocados pelos trabalhadores pontos importantes pelos quais a categoria justifica que a mobilização contra o reajuste deve ser intensificada, principalmente, com realizações de reuniões de unidades para discutir e apontar estratégias de mobilização e também avaliar de que forma a categoria vai aderir ao calendário de mobilização nacional apontado pelas Centrais Sindicais, contra os ataques e tentativas de retiradas de direitos em curso no país.

O STU já está agendando reuniões e os traba-



Leon Cunha

lhadores podem ligar para Secretaria para agendar também.

A categoria apontou ainda a necessidade de ações que desmontem o discurso dos reitores frente à população. Para isso, foi indicada a elaboração de um artigo que apresente o contexto da crise nas universidades — estrangulamento do orçamento por falta de financiamento adequado, precarização das relações de trabalho, arrocho salarial, demissões etc. — a ser publicado em jornais de grande circulação. A intenção é apresentar à sociedade o modelo de gestão imposto pelo governo Alckmin que tem resultado na política de sucateamento do serviço público, que consequentemente também afeta a prestação do serviço oferecido pela Universidade. A proposta é que esse artigo seja publicado pelo STU porque o que está em jogo é o modelo de Universidade Pública que nós defendemos.

Grupos de Trabalho

Foi indicada a criação de duas comissões, uma responsável pela discussão financeira e técnica (índices, orçamentos, acompanhamento do ICMS etc.) e outra que proponha ações de mobilizações para intensificar e dar visibilidade à nossa luta.

Uma nova assembleia está marcada para o dia 13 de junho, para deliberação das propostas discutidas nas unidades.

NOTAS

Audiência do Dissídio Coletivo será realizada no dia 14/6

Foi marcada para o dia 14/6, às 13h30, no TRT Campinas a audiência de julgamento do Dissídio Coletivo impetrado pelo STU para reivindicar a reposição da inflação e a correção dos benefícios.

Adiada a reunião dos concursados 2010/2011

A reunião com todos os concursados de 2010/2011 para discutir sobre a recente decisão do Tribunal de Contas do Estado questionando as contratações de funcionários deste período, que estava prevista para ser realizada no próximo dia 14/6 foi adiada em função da audiência do Dissídio Coletivo que foi marcada para a mesma data.

Bingo pela nova sede do STU será amanhã

Será realizado hoje, das 11 às 14h, na Praça da Paz, o bingo beneficente para arrecadar dinheiro para a campanha de construção da sede do Sindicato.

A cartela do bingo custa entre R\$ 3 e R\$ 10 e estará a venda no local. Participe! Em caso de chuva o evento será no Ciclo Básico.

O zero, o desmonte das universidades e a nossa reação!

*Arrocho é só a ponta do iceberg!
Assembleias devem debater estratégias de reação e luta!*

A terceira negociação desta data-base, realizada em 5/6/2017, segunda-feira, foi acompanhada de uma manifestação em frente à sede do Cruesp, em São Paulo. Atendendo ao chamado do Fórum das Seis, servidores docentes, técnico-administrativos e estudantes das três universidades, do interior e da capital, enfrentaram as chuvas, que não deram trégua a manhã toda, e mostraram sua indignação contra o arrocho salarial e o desmonte da Unesp, Unicamp e USP.

Os reitores reafirmaram sua disposição em custear as universidades estaduais essencialmente com o arrocho salarial e a degradação das condições de trabalho e de funcionamento das instituições, política que vem se agravando nos últimos anos. A “não” proposta salarial deste ano eleva a perda do poder aquisitivo de docentes e técnico-administrativos para 10% em dois anos. Na Unesp, esse prejuízo bate nos 13%. Um verdadeiro “dízimo compulsório”, como qualificaram os representantes do Fórum das Seis na reunião.

Falando pela coordenação do Fórum, o professor João Chaves, da Adunesp, sintetizou a posição e as cobranças da comunidade neste momento. Situando o propósito maior de construção de um sistema público de ensino superior paulista, do qual fazem parte a Unesp, a Unicamp, a USP e o Centro Paula Souza, ele ressaltou que, dada a crise de financiamento e a decorrente asfixia financeira a que estão submetidas essas instituições, este é um momento particularmente crítico, que impõe sérios riscos à sua existência enquanto entidades públicas, laicas, gratuitas e socialmente referenciadas.

“Estamos sofrendo um arrocho salarial sem precedentes, o descaso e a irresponsabilidade com que estão sendo tratados os hospitais universitários, bem como a demanda crescente por recursos



Na negociação, USP e Unicamp foram representadas por seus vice-reitores

para a permanência estudantil com o ingresso de estudantes cotistas em nossas graduações”, discorreu. Ele citou, também, a diminuição drástica das contratações de servidores técnico-administrativos e docentes, isto agravado pelos programas de demissão voluntária e plano de redução de jornada de trabalho estabelecidos pela USP, entre outras iniciativas igualmente desastrosas.

Falando em nome dos reitores, o presidente do Cruesp e reitor da Unesp, professor Sandro Valentini, disse que a questão salarial só voltará a ser discutida se houver algum fato novo, como a retomada do crescimento da arrecadação do ICMS ou a concessão de suplementações por parte do governo.

Crise de financiamento e papel do Cruesp

Sobre a crise de financiamento que assola as universidades públicas paulistas, as entidades do Fórum destacaram, em primeiro lugar, a imensa parcela de responsabilidade que cabe ao Cruesp, cuja atuação até agora na busca por mais recursos tem sido pífia, quando não contraproducente.

O governo Alckmin tem utilizado “interpretações” conflitantes com dispositivos legais claríssimos, sequestrando recursos da base de cálculo da cota-parte do ICMS que cabe às universidades, ao mes-





mo tempo que tem imposto a elas o pagamento da insuficiência financeira (diferença entre o que se arrecada com as contribuições previdenciárias e o que se paga de aposentadorias e pensões), o que contraria o previsto na lei de criação da SPPrev (Lei 1.010/2007), que atribui ao governo a responsabilidade de arcar com esta diferença.

Diante desta situação, o Fórum enumerou ao Cruesp as seguintes reivindicações:

1) Que referende o documento produzido pelo GT-Previdência (entre F6/Cruesp), instrumento fundamental para o convencimento dos deputados estaduais a aprovarem dispositivos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que obriguem o governo Alckmin a cumprir a Lei 1.010/2007 e, assim, descomprimir o orçamento das nossas universidades;

2) Que participe de ações conjuntas com o Fórum junto à Assembleia Legislativa no sentido de viabilizar a votação de emendas que estabelecem mais recursos para as universidades e para o Centro Paula Souza;

3) Que reivindique a realização de audiências públicas à Comissão de Finanças e Orçamento, e nelas compareça para defender as propostas já incorporadas em emendas de vários deputados, que prevêm aumento da dotação orçamentária e cumprimento dos dispositivos legais por parte do governo;

4) Que intensifique gestões sobre a base de apoio do governo para a aprovação das emendas que nos interessam;

5) Que não espere que cheguemos à situação deplorável por que passam universidades públicas como a UERJ, a UEZO, a UNF, a UEM, entre outras, para tomarem medidas incisivas na busca de mais recursos para nossas universidades.

Em resposta, o professor Sandro Valentini disse que os reitores estão trabalhando no sentido de defender o aumento de recursos para as universidades. Relatou que o Cruesp apresentou uma emenda à LDO 2018, assinada por deputados da base governista, que pede o aumento do repasse dos atuais 9,57% para 9,95% do total do produto do ICMS, cota-parte do Estado. Frente à cobrança de uma ação mais incisiva e pública em defesa do aumento dos recursos, o presidente do Cruesp considera que isso está sendo feito e adiantou a intenção de realizar um fórum de prefeitos das cidades onde estão instalados os campi das universidades, no dia 21/6, para angariar apoio à necessidade de mais recursos.

Quanto à questão da insuficiência financeira - que não aparece na emenda patrocinada pelo Cruesp - Valentini argumentou que os reitores preferem aprofundar os estudos sobre isso, antes de tornar pública a reivindicação de que o governo cumpra o previsto na Lei 1.010/2007. O Fórum das Seis entende que a cobrança do governo quanto à insuficiência precisa ser feita agora e, por isso, apresentou emendas à LDO-2018 com este teor.

Questões não respondidas pelos reitores

Os representantes do Fórum cobraram das três reitorias o compromisso de nenhuma punição ou corte de ponto dos servidores docentes e técnico-administrativos que aderiram ao dia de paralisação convocado pelos sindicatos, em defesa dos salários e das universidades.

Não houve respostas objetivas neste ponto. O reitor da Unesp e os representantes da USP e da Unicamp, respectivamente os vice-reitores Vahan Agopyan e Teresa Atvars, limitaram-se a dizer que o assunto seria avaliado posteriormente.

À cobrança de um posicionamento formal do Cruesp a respeito da aprovação pelo CO da USP, num cenário de brutalidade policial, dos "Parâmetros de Sustentabilidade Econômico-Financeira", ainda não há respostas. O projeto, também conhecido como "PEC do fim da USP", fixa teto para a folha salarial e autoriza a reitoria a congelar contratações e deixar de reajustar o salário de seus servidores, entre outras medidas, para alcançá-lo.

Quanto ao ofício do Fórum das Seis que solicita os valores das reservas financeiras das três universidades, acompanhado das destinações previstas para esses recursos, o secretário-executivo do Cruesp, professor Carlos Eduardo Vergani, informou que as respostas estão sendo providenciadas.

Ouç a reunião

Para conferir o áudio da reunião entre Fórum das Seis e Cruesp, em 5/6/2017, acesse:

http://aci.reitoria.unesp.br/cruesp_05_06_2017/20170605_RR_cruesp.mp3

Atenção aos indicativos do Fórum às categorias

Logo após a reunião com o Cruesp, as entidades que compõem o Fórum das Seis reuniram-se para avaliar a conjuntura atual em que estão imersas as nossas universidades e fizeram as considerações que seguem.

Segundo as falas dos reitores sobre a situação financeira e orçamentária das universidades públicas, baseadas nos dados fornecidos por suas assessorias, não há "nenhuma possibilidade" de concessão de qualquer reajuste salarial, nem mesmo de que a Unesp honre os 3% que deve aos seus trabalhadores desde maio de 2016. Eles afirmam que a crise que assola as universidades não permite que se rea-

lizem as contratações necessárias para o seu pleno funcionamento,

nem que sejam restabelecidos os planos de carreira dos servidores docentes e técnico-administrativos, muito menos que sejam contempladas adequadamente as demandas por permanência estudantil.

Os reitores também afirmam que, a persistir o atual cenário econômico no país, 2018 será um ano em que as universidades enfrentarão maiores dificuldades do que as atuais. Portanto, para eles, com este cenário, não há garantias de que se tenha recursos para o pagamento do mês de



janeiro de 2018 e, no caso da Unesp, nem o pagamento do 13º salário ainda em 2017.

Para o Fórum das Seis, se não for possível avançar na LDO-2018, ampliando os recursos para nossas universidades, o que temos pela frente é a continuidade do processo de sua destruição por asfixia. Nossas condições de trabalho sofrerão uma crescente deterioração, coisa que já acontece nas três universidades, e estamos sob risco iminente de assistirmos a morte do modelo de universidade pelo qual sempre lutamos e que, com o nosso trabalho,





colocamos entre as melhores do país.

O Fórum das Seis considera que a recusa em atender a nossa reivindicação salarial é uma das dimensões do processo de sucateamento das universidades públicas paulistas. Estamos, portanto, diante de uma conjuntura gravíssima, em que os danos impostos às estruturas das nossas universidades podem ser irreversíveis.

Diante disso, o Fórum das Seis indica às categorias a realização de uma rodada de assembleias, até 13/6, com a seguinte pauta:

- Avaliação das estratégias de mobilização

para o enfrentamento desta situação extrema em que nos encontramos, antes que seja ultrapassado o ponto de não retorno.

- Propostas para a realização de um movimento “SOS Universidade”, que unifique a luta em defesa das nossas condições salariais e de trabalho com a defesa do financiamento adequado das universidades.

- Disposição das categorias em participar das atividades de pressão sobre a Assembleia Legislativa e o governo, para a aprovação das propostas de emendas à LDO-2018, por mais recursos para as universidades. (*Obs.: O Fórum divulgará em breve propostas de atividades práticas*)

Nenhum direito a menos!

Centrais Sindicais convocam nova greve geral para 30 de junho

As centrais sindicais - CUT, UGT, Força Sindical, CTB, Nova Central, CGTB, CSP-Conlutas, Inter-sindical, CSB e A Pública-Central do Servidor - estão convocando uma nova greve geral para 30 de junho.

Após as manifestações de março, a greve geral de 28 de abril e a marcha em Brasília em 24 de maio, o objetivo é dar continuidade à luta em defesa dos direitos sociais e trabalhis-

tas, contra as reformas trabalhista e previdenciária, contra a terceirização e pelo #ForaTemer.

Dentro do calendário de luta, as centrais também convocam para o dia 20 de junho o “Esquentar Greve Geral”, um dia de mobilização nacional pela convocação da greve geral. Ficou definido também a produção de jornal unificado para a ampla mobilização da sociedade.

FORUM **das seis**

STU
Sintesp
Sintepc
Sintepsp
Aduesp-S.Sind.
Aduunesp-S.Sind.
Aduunicamp-S.Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP e Representação Estudantil da Unesp

Repúdio à brutalidade policial contra trabalhadores rurais do Pará

Em face à ação perpetrada por policiais do estado do Pará, que culminou na morte de dez trabalhadores rurais na Fazenda Lúcia, município de Pau d'Arco, no dia 24 de maio de 2017, o Fórum das Seis - que congrega as entidades sindicais e estudantis da Unesp, Unicamp, USP e Centro Paula Souza - vem a público para expressar o seu mais veemente repúdio a esse episódio de brutalidade inadmissível num estado democrático de direito, envolvendo forças de segurança do estado, e para instar as autoridades competentes a tomarem as providências cabíveis para que os responsáveis sejam efetivamente submetidos às penalidades previstas pela legislação em vigor.

São Paulo, 5 de junho de 2017.

Fórum das Seis Entidades

Entidades do Fórum respondem à Folha

Após publicação de editorial no jornal *Folha de S. Paulo*, em 31/5/2017, intitulado “**Reajuste zero**” (veja em <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2017/05/1888857-reajuste-zero.shtml>), entidades do Fórum das Seis encaminharam respostas à coluna *Painel do Leitor*. Confira abaixo:

Editorial

Ao falar das universidades estaduais paulistas (“Reajuste zero”, “Opinião”, 31/5), a **Folha** novamente desinforma seus leitores. Na falta de argumentos, agride os sindicatos agrupados no Fórum das Seis, parecendo desconhecer que a enorme expansão da USP, Unesp e Unicamp, iniciada na virada do século, exige custeio perene. Omite que o próprio Conselho de Reitores (Cruesp) acaba de apresentar emenda à LDO 2018, solicitando aumento do repasse para 9,95% da quota-parte estadual do ICMS, calculados sobre o total arrecadado, para evitar subtração de recursos.

CÉSAR MINTO, presidente da Associação dos Docentes da USP (São Paulo, SP)



A **Folha** não cita a enorme expansão de vagas a partir dos anos 2000, sem contrapartida de recursos perenes. De 98.367 estudantes em 1995, as universidades paulistas saltaram para 189.965 em 2016. Já o total de funcionários caiu de 31.704 para 29.494, e o de docentes estacionou (10.812 em 1995 e 11.655 em 2016). No entanto os recursos permanecem os mesmos desde 1995.

ALBERTO DE SOUZA, diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Unesp (Bauru, SP)

Editorial

Ao opinar sobre o financiamento das três universidades estaduais paulistas, a **Folha** (“Reajuste zero”, “Opinião”, 31/5) desqualifica as vozes que denunciam a asfixia financeira e desconsidera a supressão de recursos a que elas estão submetidas pelo governo, fato reconhecido até pelo próprio Cruesp (conselho de reitores das estaduais paulistas), que reivindica aumento da dotação orçamentária, o que o Fórum das Seis já faz há décadas.

JOÃO DA COSTA CHAVES JR., presidente da Associação dos Docentes da Unesp (São Paulo, SP)